

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2019

Angola

Em 2019, Angola fez um avanço moderado nos seus esforços de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo promulgou a Lei de Protecção às Vítimas do Tráfico, na qual estão previstas protecções abrangentes para vítimas do tráfico de seres humanos, incluindo medidas específicas para a protecção de crianças. Ademais, o governo condenou 15 indivíduos por crimes de tráfico infantil e o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher levou a cabo diversas campanhas nacionais de sensibilização sobre as piores formas de trabalho infantil. O governo também aprovou o seu primeiro Plano de Acção Nacional para Prevenir e Combater o Tráfico de Seres Humanos e começou a abrir registos civis nas maternidades de todas as 18 províncias do país com o fim de facilitar o assento de nascimentos. Contudo, há crianças angolanas envolvidas nas piores formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual comercial e trabalho forçado, por vezes como consequência do tráfico de seres humanos. As crianças também realizam tarefas perigosas na construção. Embora Angola tenha feito esforços significativos em todas as áreas relevantes durante o período de referência, as proibições contra a exploração sexual comercial infantil não satisfazem as normas internacionais já que não proíbem a procura ou oferta de crianças para a produção de pornografia ou o uso, a procura ou a oferta de uma criança para actuações pornográficas. Para além disso, não há suficientes inspectores de trabalho para garantir uma cobertura suficiente da força de trabalho e os programas sociais não abrangem todos os sectores em que as crianças trabalham.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil em Angola.

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Garantir que o quadro jurídico proíba o recrutamento e oferta de crianças para a produção de pornografia e o uso, recrutamento e oferta de crianças para actuações pornográficas.	2018 – 2019
	Certificar-se de que a lei proíba ocupações ou actividades perigosas para crianças em todos os sectores relevantes em Angola, incluindo a prospecção de diamantes.	2011 – 2019
	Certificar-se de que a lei estipule a proibição penal do recrutamento de crianças com menos de 18 anos de idade por grupos armados não estatais.	2016 – 2019
Fiscalização	Publicar informações relacionadas com o número de violações de trabalho infantil para as quais foram impostas e cobradas multas.	2011 – 2019
	Aumentar o número de inspectores de trabalho para atender à recomendação técnica da OIT.	2009 – 2019

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	Asseverar que o Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social receba os recursos necessários para realizar inspecções em sectores com incidência de trabalho infantil.	2019
	Aumentar a formação para investigadores criminais, designadamente formação para investigadores fora da capital e em áreas remotas em todo o território angolano.	2019
	Publicar informações relacionadas com o número de violações identificadas, processos penais intentados, condenações efectuadas e multas impostas relacionadas com as piores formas de trabalho infantil.	2019
Coordenação	Estabelecer mecanismos de coordenação para combater todas as piores formas de trabalho infantil, incluindo as que ocorrem fora do contexto de tráfico de seres humanos.	2016 – 2019
	Aumentar a capacidade de agregar e sintetizar dados relacionados com casos de tráfico de seres humanos.	2018 – 2019
Políticas governamentais	Garantir que o Plano de Acção Nacional para o Combate ao Trabalho Infantil esteja dotado de financiamento adequado para a respectiva implementação.	2018 – 2019
	Assegurar a implementação efectiva do Plano de Acção e Intervenção Contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças.	2014 – 2019
Programas sociais	Elaborar e ampliar os programas sociais existentes para assegurar o acesso de todas as crianças à educação sem as restrições de taxas informais, falta de certidões de nascimento, falta de professores ou de espaço nas salas de aula.	2013 – 2019
	Instituir programas voltados a crianças envolvidas na exploração sexual comercial e no trabalho forçado, assim como ampliar os actuais programas destinados a lidar com a abrangência do problema do trabalho infantil.	2010 – 2019